

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte Gazeta Mercantil

Class.: 73

Data 26/04/91

Pg.: \_\_\_\_\_

## Amazônia, um dos alvos principais da cobiça internacional

Mauro Borges \*

A ocupação e exploração econômica das áreas fronteiriças e a expressiva manifestação da vontade nacional foram as condições que, historicamente, permitiram, ao Brasil, adquirir suas atuais dimensões continentais.

Com a evolução do mundo e dos antagonismos mudaram o cenário e a natureza do conflito que, hoje, localiza-se na região Norte — Amazônia —, a qual sofre intervenções diretas ou veladas de agentes do narcotráfico, guerrilheiros de organizações não governamentais, que tentam, de fora do País, administrar nossa vontade e nosso querer sobre aquele espaço brasileiro. A comunidade internacional, baseada no suposto desinteresse ou incapacidade do nosso país para a proteção à floresta amazônica, busca torná-la patrimônio da humanidade. Isso se constitui em séria ameaça à nossa integridade territorial.

Se nos primórdios de nossa vida como nação, o epicentro das preocupações localizava-se na região Sul, hoje deslocou-se para a região Norte. Se lutávamos pelo domínio territorial, com vistas à garantia de terrenos para o assentamento de famílias e do controle de vias de acesso, hoje luta-se pela defesa de riquezas naturais e pela manutenção da soberania nacional no espaço territorial brasileiro.

Não mudou, no entanto, a necessidade de, por mais uma vez, se fazer presente a gente brasileira catalisada por firme determinação patriótica na defesa dos interesses nacionais.

A Amazônia vem-se tornando, ao longo da última década, um dos alvos principais da cobiça internacional, principalmente a faixa situada no norte das calhas dos rios Amazonas e Solimões.

Devido às dificuldades naturais impostas pelo meio, à constante escassez de recursos para investimentos governamentais e à atratividade exercida por outras regiões mais desenvolvidas do País, esta faixa de terra, fronteira do Brasil, ao Norte, encontra-se fracamente povoada, desagregada do restante do território e em processo de estagnação econômica. Seu isolamento e a frágil presença do Estado transformaram-na em uma "terra de ninguém" na concepção dos estrangeiros, embora ela seja parte integral do nosso país.

A idéia de sua possível tentativa de internacionalização não se trata, tão-somente, de um devaneio xenóforo — o esbulho da área já foi tentado em diversas oportunidades ao longo da nossa história. E só não obtiveram sucesso porque reagimos pronta e eficazmente.

No passado as lutas de fixação das fronteiras sul foram feitas basicamente contra espanhóis e seus sucessores. Hoje, a principal ameaça é muito maior e mais difusa: as grandes potências industriais. Elas invocam a tese real de que o meio ambiente não é confi-

nado pelas fronteiras políticas e sua preservação é responsabilidade de toda a humanidade.

A próxima conferência mundial sobre o meio ambiente, a ser realizada no Rio de Janeiro, nos trará dissabores e de certo modo revelará aos incautos o imenso perigo à nossa integridade territorial.

Lembram-se da razão mais forte invocada pela recente invasão militar americana no Panamá? Narcotráfico.

Não podemos admitir que graves dificuldades financeiras do momento justifiquem o abandono da Amazônia. Se não somos capazes de ocupar rapidamente o âmago da Amazônia brasileira que o façamos pelo menos nas suas lindes. Isso será o mínimo a ser feito mesmo à custa de medidas excepcionais.

Não se tenta renegar a existência de problemas, como o fraco adensamento de marcos para a caracterização das fronteiras, as deficiências de investimentos econômicos e de controle e preservação da vegetação, mas daí a alegar-se completo alheamento governamental há uma grande diferença.

Preservar a floresta não implica, contudo, abandoná-la à própria sorte, a ela e todos aqueles que vivem sob o seu abrigo. É possível conciliar progresso e ecologia, colonização e preservação indígena, defesa de fronteiras e estímulo nas relações bilaterais com os países limítrofes.

As idéias existem. São corretas e adequadas à realidade do País. Parcialmente, já começaram a ser postas em prática, através do Projeto Calha Norte.

Todavia, a consecução de um projeto de tal vulto exigirá mais que palavras de ordem e de grandes efeitos sonoros, porém de reduzida eficácia na prática.

Tampouco será suficiente apenas a intenção do governo em carrear meios para a região, se não houver um correspondente suporte da sociedade brasileira às ações e aos objetivos intentados.

É necessário reviver-se os momentos gloriosos do passado, nos quais definimos nossa nação-continente, conjugando a ação humana, os recursos financeiros e, acima de tudo, a vontade nacional, de forma a defendermos nossa fronteira setentrional, onde está o homem, com sua ação colonizadora de ocupação da terra. Embora ainda haja grandes vazios demográficos, será necessário prover adequados recursos para a região, possibilitando investimentos em infraestrutura básica, com redução das grandes dificuldades apresentadas pelo ambiente natural e a vontade nacional, de modo a se fundir o amálgama dos dois componentes anteriores, ambiente e vontade, unindo-os e dando-lhes forma — a forma de um grande coração verde-amarelo.

O Projeto Calha Norte é uma importante resposta àqueles que tentam atingir a soberania brasileira nas terras amazônicas. Cabe ao governo e à sociedade brasileira lutar para torná-lo uma realidade.

O Projeto Calha Norte não tem uma caracterização militar, vai desde a defesa do meio ambiente até a proteção às comunidades indígenas. Mesmo as ações militares previstas para serem realizadas não têm um caráter agressivo ou que ponham em risco a existência dos povos da floresta — lembremo-nos, na história das Forças Armadas brasileiras não encontramos um general Custer, mas, sim, um marechal Rondon — e talvez por isso ainda tenhamos índios para defender.

A condução das medidas

para a preservação ecológica, defesa das sociedades nativas e restabelecimento da demarcação da linha de fronteira é nossa. As soluções para as questões nacionais da região Norte devem ser nacionais. Nossa omissão implicará abertura de oportunidade para a intervenção exógena, tutelar, ofensiva à soberania do Estado brasileiro.

O Brasil-gigante, desperdo e ativo, não permitirá jamais que seja maculada, por ninguém, a sua integridade territorial.

\* Deputado federal pelo PDC de Goiás.